

UMA PLATAFORMA CUTISTA PARA RESGATAR A ASSUFRGS

“LUTAR PELOS DIREITOS CONTRA A DIREITA”

"Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas."
Vladimir Maiakovski

O coletivo TRIBO, organizado na FASUBRA-Sindical e na ASSUFRGS se constitui em uma rede de interlocução política, suprapartidária, atuando no movimento social e sindical, congregando trabalhadores(as) em educação técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior.

Somos CUTISTAS, por definição política e ideológica, e somos FASUBRA e ASSUFRGS comprometidos com a defesa dos interesses da categoria e do patrimônio construído pelos (as) trabalhadores (as).

O III CONASSUFRGS ocorre num momento de turbulência política, exigindo dos trabalhadores definição clara do seu papel nessa conjuntura, não se deixando envolver pelo “falso” discurso moralista da direita, cuja finalidade é a ameaça à democracia. Denúncias e reivindicações cabem perfeitamente numa democracia consolidada, é papel do movimento sindical. Porém, o GOLPE orquestrado pela direita, já exposto na imprensa burguesa, deve ser combatido com o mesmo vigor pelo movimento sindical.

Apresentamos ao conjunto da categoria nossos princípios estruturados nos pilares da democratização das relações do movimento sindical, a construção do socialismo, a defesa da Universidade Pública, democrática e referenciada socialmente. Nossas ideias e práticas são manifestadas através do exercício da democracia sindical, garantia do direito à divergência e ao contraditório, tendo como princípios:

Solidariedade entre os povos e a classe trabalhadora;

Crença na democracia dos trabalhadores (as) rumo ao socialismo;

A luta contra o neoliberalismo, as reformas neoliberais, as privatizações, à precarização dos empregos e a retirada dos direitos dos trabalhadores (as);

Proporcionalidade qualificada em todas as instâncias;

Defesa da ética em todos os níveis;

Defesa da organização dos trabalhadores por ramo de atividade;

Posição contrária ao centralismo democrático, à partidarização e ao aparelhamento das entidades sindicais.

Assim, nos dispomos a participar do III CONASSUFRGS, esperando que o desafio da conjuntura nos alimente a priorizar com sabedoria o que nos une. Os milhares de trabalhadores técnico-administrativos aguardam uma postura proativa do sindicato que os representa.

Apresentamos uma Plataforma cutista para o debate, buscando a construção coletiva. Esperamos que os demais coletivos também apresentem suas proposições de lutas, para que possamos, acima das vaidades, nos debruçarmos na construção de proposições unificadas de lutas.

INTRODUÇÃO

A ASSUFRGS, ao longo de sua história, tem se apresentado como um importante instrumento de interlocução dos trabalhadores (as) Técnico-Administrativos em Educação com a sociedade civil organizada e o Estado. Nossa Categoria, que outrora operou uma política de contestação combinada à apresentação de alternativas embasadas nos reclames e projetos da classe trabalhadora, passa ultimamente por um período estranho à sua tradição, resultante da ausência de uma política com rumos definidos, segundo os reais anseios de seus integrantes.

Nos últimos anos o sindicato serviu tão somente aos propósitos de empoderamento de interesses individuais e partidários, em detrimento dos projetos coletivos. Assim, o III CONASSUFRGS se estabelece como um espaço

privilegiado para a nossa Categoria, com vistas ao debate necessário à correção de rumos e, principalmente, ao estabelecimento de políticas que privilegiem uma agenda propositiva, capaz de nos incluir, como outrora, no cenário nacional, reabilitando-nos ao debate sindical e à disputa de projetos. Na perspectiva de reorganização do movimento e visando atender às demandas da Categoria dos Técnico-Administrativos em Educação como um todo, apresentamos nossa análise, bem como um conjunto de propostas, alicerçadas numa plataforma CUTista, orientadora da defesa dos programas da classe trabalhadora, que estão em disputa numa conjuntura adversa, sabidamente desfavorável, porém que não nos intimida.

CONJUNTURA INTERNACIONAL – GLOBALIZAR A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES

A crise iniciada em 2008 definiu as mudanças não só na economia, mas principalmente na governança política em todo o mundo, permitindo o restabelecimento dos governos de direita na Europa, o avanço dos conservadores no parlamento norte-americano, porém sem o mesmo efeito na América Latina. Nesta reacomodação político-ideológica na Europa alguns aspectos devem ser analisados mais amiúde, pois apesar das manifestações do povo nas ruas com protestos em defesa de direitos trabalhistas e sociais, este mesmo povo, descrente da política e desiludido com a democracia representativa, em virtude de já terem experimentado também governos socialdemocratas que somente gerenciaram a agenda neoliberal, eleva ao poder a extrema direita, dignos representantes deste modelo que condenam nas ruas. A Espanha, também em crise, e bem próxima de realizar o mesmo com os partidários de um novo partido, o Podemos. Assim, o mapa político europeu começa a demonstrar pequenos sinais de mudança.

Dados estatísticos comprovam que a América Latina, uma das regiões mais desiguais do mundo, foi a única a conseguir reduzir a desigualdade social na década passada. Entre 2002 e 2011, a desigualdade de renda diminuiu em 14 dos 17 países sobre os quais há dados comparáveis. No período, cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema na região. Nos últimos 20 anos, o gasto social em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) teve um incremento de 66%. Mesmo com esse avanço, permanecem diferenças significativas entre os países da América Latina. Há um esforço dos países Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador, nos últimos 10 anos em busca de constituição de espaços de integração política, econômica e social. Essas ações resultaram na UNASUL (União de Nações Sul Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos). Esse esforço ainda não é homogêneo, pois países como o México, Colômbia e Paraguai ainda se rendem aos EUA. Esses aspectos políticos da crise internacional têm sua dimensão econômica que afetam os países que possuem maior dependência frente ao comércio internacional e maior vulnerabilidade cambial e taxas de juros mais altas.

A FASUBRA tem atuação na CONTUA, ISP e CEA, mas precisa consolidar essa posição, com investimento em programas que ampliem a compreensão dos dirigentes sindicais sobre o cenário político e a luta internacional dos trabalhadores. Por isso, é necessário o investimento em formação sobre política internacional e sindicalismo, participando de espaços e fóruns que debatam o tema, como os promovidos pela CUT e a Universidade Global dos Trabalhadores.

CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil enfrenta hoje desafios nas dimensões econômicas, política, social, urbana, entre outras. Pragmaticamente, nesse início de governo, o que se tem assistido, são ações controversas, com ajustes e reformas priorizando o rentismo em detrimento às políticas sociais. O segundo mandato do governo Dilma teve uma ampliação de alianças demarcada por interesses divergentes. Dentro de um único espectro político, a agenda dos trabalhadores é secundarizada, impondo à classe trabalhadora a busca da unidade e ampliação da mobilização e de disputa de suas bandeiras de lutas. Essa tarefa é prioritária nesse período.

Assim como o empresariado tenta se resguardar interferindo nas políticas de governo, os trabalhadores também se mobilizam na defesa de seus interesses e, neste aspecto, a atuação da Central Única dos Trabalhadores – CUT -, tem destaque no cenário de movimentação social. O capital conseguiu influenciar e ampliar sua participação no segundo governo da presidenta Dilma, demandando assim uma responsabilidade ainda maior dos trabalhadores, com a ampliação de sua mobilização. O aumento da taxa Selic e a composição do novo ministério, com a entrega do comando da área econômica a Joaquim Levy, um economista de formação neoliberal, contrário ao desenvolvimentismo e crítico contumaz das políticas de valorização do salário mínimo, e a uma representante-mor do agronegócio, que simboliza o latifúndio mais retrógrado, para o comando do Ministério da Agricultura, são decisões definidoras da participação forte do capital no governo.

O modelo de governança vigente deu exemplos claros do perfil conservador na composição do novo ministério. O expressivo espaço ocupado por quadros conservadores e integrantes do agronegócio, empresariado e banqueiros, bem como a apresentação unilateral, pelo governo, de medidas que levam à redução de diversos direitos trabalhistas, repudiados pela CUT, mostram claramente que, na correlação de forças, o mercado/capital está levando vantagem. Além disso, a própria presidenta Dilma Rousseff já deixou claro que não se dispõe a liderar o processo de mudança de estratégia para alteração dessa correlação de forças.

O movimento sindical precisa entender que as contradições são inerentes ao regime democrático. Essas existem em contraponto a modelos autoritários de frente única de pensamento, exigindo cada vez mais dos trabalhadores o aprimoramento das ferramentas de lutas na disputa do projeto político da classe, na resistência a ação da direita que continua impondo suas agendas políticas. Essa reflexão impõe à classe trabalhadora e aos movimentos sociais a construção da unidade na diversidade. Para tanto, a possibilidade de avanço nas negociações gerais e setoriais articuladas à programas de mudanças na vida de cada cidadão e cidadã desse país é tarefa urgente para o movimento sindical. Nesse contexto, as disputas fratricidas e individuais, motivadas por divergências partidárias, vaidades, e pela conquista do “aparelho sindical” devem ser suplantadas pelo interesse maior, que é a transformação social e a defesa das pautas da categoria.

A LUTA PELA SUPERAÇÃO DA “DITADURA DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO”.

A CUT, em conjunto com as demais centrais, ao rejeitaram o pacote Levy, demonstram à sociedade necessidade de superar o propósito do *superavit* em 2015 no patamar de 1,2% do PIB, que induziu o governo na elevação dos impostos, casada ao aumento do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras para os empréstimos às pessoas físicas. Além disso, a elevação da taxa básica de juros (Selic), responde aos anseios do setor rentista em contraponto com o dos trabalhadores. Essas ações apresentam ameaças de desemprego e desaceleração do desenvolvimento do País. Por isso, é necessário, além da denúncia e do protesto construir parcerias com os movimentos sociais e com as Centrais Sindicais, para ampliar a cobrança de coerência da Presidenta Dilma, mantendo o seu discurso, vencedor nas eleições de que o “*ajuste nas contas públicas ocorreria com o menor sacrifício possível*”.

QUAL É A AGENDA DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO?

A pauta de reivindicações da nossa Categoria deve ser redimensionada. Separar o que é estratégico do prioritário, bem como dar visibilidade à agenda com temas que extrapolem as questões corporativas e que dialoguem com as proposições das mudanças que o Brasil necessita para que, de fato, ele seja uma pátria “educadora”. Essa frase da Presidenta Dilma, não deve ficar na retórica, pois ela representa um governo que exercita o poder de inclusão, de participação e de transformação. Crescimento só é possível com inclusão e participação social.

A base da Fasubra está saindo de uma greve que se não é vitoriosa também não é derrotada. Saímos com um índice que foi ofertado para o conjunto dos SPFs, mas, também conquistamos 0,1% de Step e com o compromisso e a possibilidade de avançarmos, ainda mais, por dentro da nossa carreira.

As Centrais Sindicais têm atuado corretamente, ao cobrar da Presidenta Dilma o seu compromisso com os trabalhadores. A rejeição às “medidas impopulares” e antidemocráticas de retiradas de direitos deve unir a classe trabalhadora, ampliar a mobilização e resistência, bem como dar visibilidade a proposições com relação à superação do fator previdenciário, a manutenção da Política de Valorização do Salário Mínimo, a regulamentação da Convenção 151 (Negociação Coletiva no Serviço Público), a correção da tabela do imposto de renda, a reforma política, tributária, democratização da mídia, agrária e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

O PAPEL DA FASUBRA SINDICAL

A FASUBRA sempre teve um papel estratégico na luta setorial e geral. Por isso, deve levantar a bandeira da unidade na luta. O que nos divide é natural, mas devemos potencializar o que nos une. A classe trabalhadora sempre é o alvo da visão ortodoxa da economia. Temos que nos questionar cotidianamente: qual é a real inserção da FASUBRA nos diversos espaços de disputa? Tal indagação deve ser respondida considerando-se a análise da atuação da Federação nesse último período demarcado por uma significativa mudança nas lideranças políticas à frente da FASUBRA.

Infelizmente, essa foi a marca da atuação da entidade nos últimos três anos. Uma postura arrogante e inábil do ponto de vista político nos diferencia e demarca a forma de leitura da conjuntura e das tarefas do movimento. Para

nós, a fortaleza da FASUBRA é justamente a sua diversidade. Respeitamos a todos (as), inclusive aqueles que nos agridem. Para esses, é preciso expurgar os diferentes como única forma de construir a Luta! Aliás, uma prática utilizada nos regimes totalitários, e na contramão da história dessa Federação, que é um exemplo no exercício da democracia. Isto demonstra que a única preocupação de alguns grupos/pessoas, sem generalizações, no interior da entidade é a disputa pelo aparelho sindical, colocando, inclusive, em risco o exercício da proporcionalidade. A FASUBRA é muito mais do que isso! A essa postura respondemos com o nosso compromisso com a luta, de forma coerente e respeitando as diferenças.

UM HISTÓRICO DE LUTAS

A Assufrgs é uma entidade reconhecida historicamente por sua capacidade de mobilização e pela contribuição política nas disputas dos espaços sociais. Ao longo da sua história, diversos atores das forças políticas organizadas contribuíram significativamente para essa condição, empenhando-se na elaboração de orientações políticas sobre os mais diversos assuntos; na concepção de projetos educacionais; na definição de estratégias de mobilização; na realização de estudos sobre a categoria; na elaboração de propostas para a disputa com os agentes governamentais.

Estas ações, sem dúvida, foram fundamentais para a implementação de políticas públicas essenciais para a área da educação, mesmo que muitas vezes tenham sido necessárias a utilização de atividades radicalizadas de organização e mobilização, tais como memoráveis greves, que resultaram não somente em benefícios para os Técnico-Administrativos, como também para as comunidades universitárias, para o serviço público e para sociedade.

OBJETIVO PRINCIPAL DO III CONASSUFRGS: ARMAR A CATEGORIA PARA A LUTA!

Nesse III Conassufrgs, mais uma vez, é necessário debater sobre qual é o papel do sindicato que queremos. Para nós, a prioridade tem que ser a construção da Luta e o fortalecimento da Assufrgs. Aqueles que querem debater ideias, pensar formas de combate e de luta, e que sempre estiveram nas disputas convidamos a realizarem o exercício da avaliação dos rumos que adotaremos para a entidade e, conseqüentemente, para a categoria.

A PETROBRAS É NOSSA!!!

A PETROBRÁS, maior estatal do País, responsável por milhares de empregos e que representa 13% do PIB Nacional, nunca esteve tão ameaçada como agora, em face da guerra especulativa que vem sofrendo, orquestrada por setores políticos e econômicos que a querem privatizada, como ocorreu, em passado recente, com a Vale do Rio Doce, vendida a preço muito inferior ao que realmente valia.

- O Pré-Sal produziu, em média, 666 mil barris de petróleo/dia;

- A produção de gás natural alcançou 84,5 milhões de metros cúbicos/dia;

- A capacidade de processamento de óleo aumentou em 500 mil barris/dia, com a operação de quatro novas unidades;

- A produção de etanol pela Petrobrás Biocombustíveis cresceu 17%, para 1,3 bilhão de litros.

E, para coroar esses recordes, em setembro de 2014 a Petrobrás tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil (Esso).

O crescente sucesso operacional da Petrobrás traduz a realidade de uma empresa capaz de enfrentar e superar seus problemas, e que continua sendo motivo de orgulho dos brasileiros.

Defesa do PLS 531/2009, que além de defender a transformação da empresa em 100% pública, visa a constituição do “Fundo Social Soberano”, para que todos os recursos excedentes do petróleo sejam destinados às políticas públicas de atenção às necessidades do povo brasileiro.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CARREIRA- TERCEIRIZAÇÃO

A fundamentação teórica apresentada na tese desse Coletivo no III CONASSUFRGS, continua atual, e por isso nesse Congresso optamos em socializar com os companheiros alguns elementos de nossa reflexão sobre o tema, na expectativa de contribuir com o avanço da formulação coletiva, paralisada nos últimos anos, ou limitada à reflexões individuais ou de forças políticas organizadas na Federação, sem que houvesse um esforço coletivo, acima das disputas fratricidas pela construção coletiva.

Estes dados demonstram uma mudança substancial na formatação do Estado e, em especial, na educação. Porém, o sindicato permanece alheio a estas mudanças, ignorando a necessidade de organizar estes novos trabalhadores que, na defesa de seus direitos, começam a se organizar por conta própria. O reconhecimento dessa situação nos impõe, além de repensar nossa organização sindical, realizar levantamento do perfil desses novos trabalhadores, visando à construção de debates segundo esta nova realidade das relações de trabalho; a consequente instituição de uma carreira como instrumento de gestão para a categoria, que atenda as demandas, já manifestas há tempos nos fóruns da Federação.

Com o advento do PCCTAE e, mais recentemente, com o Plano Nacional de Capacitação e Qualificação, nossa categoria fez um expressivo movimento na busca de sua formação. Isto aliado ao elevado nível de escolaridade dos recém-ingressos nos coloca em um patamar mais elevado no que se refere ao nível de escolaridade, o que deverá se refletir na reestruturação do PCCTAE.

Iniciando então o reclamado debate, reconhecendo a falta de conhecimento pleno do perfil da força de trabalho e das relações de trabalho existentes no âmbito das instituições, cabe uma indagação: quem são os trabalhadores em educação? A pertinência deste questionamento tem base na necessidade de admissão que a Educação se faz num processo e, como tal, deve se compreender como força de trabalho todos os que integram este processo, independentemente do vínculo.

A Lei 11.091/2005, no mês de janeiro completou 10 anos de sua aprovação no Congresso Nacional, resultado da luta da categoria e também de compreensão política de setores do governo, com destaque ao MEC, que se somaram aos técnico-administrativos na ocasião, por entender o papel e a importância dessa categoria no ambiente acadêmico universitário.

A lei não comporta todos os elementos de uma carreira, dada a impossibilidade da ascensão funcional, mas possui em seu bojo instrumentos de gestão da Universidade, definição de papéis dos técnico-administrativos e, fundamentalmente, a afirmação da identidade de trabalhador da educação, antes invisível nas legislações vigentes, admitida apenas para os docentes.

Por vincular o Programa de Capacitação dos Integrantes da Carreira ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a Lei incorpora ferramentas que trabalham a visão de Universidade defendida pela FASUBRA e, portanto, se tornou em instrumento estratégico de disputa acerca do papel da Universidade. Daí a importância da implementação na íntegra de todos elementos nela contidos.

Com dez anos, a Lei precisa ser avaliada do ponto de vista da sua implementação e pela necessidade de seu aprimoramento, previsto na própria Lei. No processo de construção do PCCTAE havia a consciência de sua limitação, imposta pela correlação de forças no momento da finalização do acordo com o governo, e por isto ocorreu a inclusão estratégica de artigo que abria possibilidades de aprimoramento. Essa estratégia visava ao acúmulo de forças para avançar na luta pela recuperação, com outra nomenclatura, de cargos extintos pela terceirização, bem como o avanço de elementos contidos no PCU – Plano do Cargo Único.

A partir de 2005, resultante da luta, houve o avanço em, dentre outros itens como reajuste de Tabela, na conquista dos IQ – Incentivos de Qualificação para todas as classes e no step. Mas não conseguimos cumprir o que determina a Lei com relação à racionalização de cargos, reposicionamento dos aposentados, terceirização e dimensionamento de vagas. A impossibilidade desse avanço se deu em função do impasse com o governo no processo negocial, tendo em vista que sua concepção sobre esses temas não tem similaridade com a posição da FASUBRA. Por outro lado, não conseguimos, minimamente, desenvolver uma tarefa básica e fundamental para diagnosticar a implantação do PCCTAE nas Universidades.

RACIONALIZAÇÃO DOS CARGOS: LIMITAÇÕES

Nos últimos anos, a discussão na FASUBRA ficou limitada às pendências dos acordos de greves anteriores, não sendo pautados novos debates, necessários para se avançar na compreensão de conceitos, dentre os quais, o da racionalização de cargos. A categoria vê a racionalização como uma forma de ascensão funcional, e outros

exclusivamente como uma forma de obter salários iguais, independente de hierarquia real existente, dos fazeres e dos dispositivos legais. Isso impede o avanço no debate de racionalização que, por sua vez, encontra resistência na posição do governo.

A luta pela implantação da racionalização ganha força com aprovação da CNSC de que a meta da comissão será avançar na atualização e descrição dos cargos. Portanto, é necessário incluir na agenda de lutas da CNSC a regularidade das suas reuniões e a prioridade neste trabalho, a fim de que seja realizada a descrição de todos os cargos. Além disso, precisamos refletir de que forma pode-se avançar na luta pela racionalização, organizando a categoria dentro dos Ambientes Organizacionais, conforme previsto na própria carreira e criando novos cargos que incorporem as atribuições dos cargos extintos.

DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

O desafio maior no debate acerca do aprimoramento da carreira não deve se restringir a reajuste de Tabela Salarial. A categoria tem que ser motivada e conscientizada a refletir sobre o modelo de desenvolvimento indicado para uma trajetória de 35 anos de trabalho no mesmo cargo, além de aprofundar a sua compreensão de categoria e dos papéis a ela atribuídos, buscando superar a dicotomia NA X NI X NS. Essa luta deve recuperar a trajetória da busca da afirmação da nossa identidade e pela superação do conceito a nós atribuídos, de atividade meio. Somos todos trabalhadores em educação, cada um cumprindo uma função no tripé indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, sem os quais a qualidade das atividades desenvolvidas pela Universidade estaria comprometida.

É necessário que nos comprometamos, nesse III CONASSUFRGS, a lutar pela unidade da categoria, superando preconceitos e avançando na compreensão de que todos nós, ativos e aposentados, cumprimos papel importante para a construção de uma universidade socialmente referenciada. Articulado a esse debate é necessário entender que o Projeto de Carreira defendido pela FASUBRA tem, em seu conteúdo, a compreensão do usuário como sujeito do nosso fazer.

DIRETRIZES DO PLANO DE CARREIRA - DPC

A definição das Diretrizes de Planos de Carreira continua sendo urgente na gestão pública. Reconhecendo as diferentes missões e estruturas dos órgãos/instituições na esfera pública, e com o entendimento do papel do trabalhador nas suas funções de atendimento ao cidadão, com qualidade referenciada socialmente, é necessário o estabelecimento de Diretrizes para construção dos Planos de Carreira na Administração Federal. Dessa forma, será possível buscar uma uniformização quanto à missão do servidor público na relação com o usuário, sujeito de nosso fazer, articulado à valorização dos trabalhadores (as), através do desenvolvimento na carreira, condições de trabalho e remuneração isonômica.

Tais diretrizes deverão prever a isonomia salarial de pisos e tetos entre as estruturas salariais de funções semelhantes em sua natureza e complexidade de seu fazer laboral; a instituição, em cada carreira, de políticas de capacitação e qualificação vinculadas ao plano de desenvolvimento dos órgãos/instituições; programas de avaliação de desempenho, em que prevaleça o caráter pedagógico, tendo como objetos e objetivos o desenvolvimento do trabalhador e o aprimoramento dos processos de trabalho, numa estrutura democrática aberta aos interesses sociais.

ASCENSÃO FUNCIONAL

A instituição das DPC – Diretrizes de Plano de Carreira - deve vir obrigatoriamente acompanhada do instituto da progressão - ascensão funcional -, instrumento que permite o desenvolvimento pleno do trabalhador em sua função pública. A ausência deste instituto tem feito prevalecer na administração pública a figura dos PCSs (Planos de Cargos e Salários) que se prestam ao agrupamento de cargos e estabelecimento de suas respectivas tabelas salariais.

PLANO DE LUTAS

Rearticular as entidades representativas dos trabalhadores para este debate;

Reafirmar a carreira enquanto instrumento que, por excelência, organiza e hierarquiza as atribuições dos servidores públicos e institucionaliza programas de desenvolvimento;

Reafirmar as diretrizes de DPC pactuadas na bancada Sindical em 2003;

Garantir a alteração na Constituição Federal instituindo o Direito a Negociação Coletiva no serviço público;

Garantir o regramento na Mesa Nacional de Negociação Permanente;

Lutar pela aprovação da PEC 257 - Ascensão Funcional.

Fazer um diagnóstico da categoria para conhecimento do seu perfil e subsidiar a busca de soluções para as distorções internas apontadas;

Exigir a retomada imediata do trabalho de levantamento de dados buscando a identificação da realidade funcional, perfil, qualificação e o quantitativo de postos de trabalho – RJU e CLT – e o consequente aprimoramento do PCCTAE;

Estabelecer, após a conclusão do trabalho retro mencionado, agenda nacional de debates e seminários em as bases da Federação, visando consolidar o PCCTAE;

Lutar pelo início imediato dos trabalhos do GT-Terceirização;

Cobrar Calendário de Reunião da CNSC por período;

Reafirmar a carreira enquanto instrumento de organização e hierarquização das atribuições dos trabalhadores do setor público e institucionalização programas de desenvolvimento;

Debater com os gestores das Universidades os elementos da Carreira que precisam ser aprimorados;

Estabelecer fórum específico de debate entre a FASUBRA, sindicatos e as CIS;

Pautar na CNSC o debate sobre o interstício de concessão da progressão por capacitação;

Lutar pela aprovação da PEC 257 de 2005, que trata da Ascensão Funcional;

Todo apoio ao PL 2.295/00 que reduz a carga horária dos profissionais de Enfermagem de 40h semanais para 30 horas.

Todo apoio ao PL 150/09 que reduz a jornada dos profissionais de Psicologia para no máximo 30 horas, bem como lutar pela aplicação da Lei 12.317/10 que reduz a carga de 40 horas para 30 horas aos Assistentes Sociais.

Pelo remanejamento dos cargos Públicos de Confiança, que deverão ser exercidos apenas por agentes ligados diretamente as instituições, sendo os mesmos concursados;

Lutar pelo adicional de localidade para os servidores lotados nos Campi afastados das metrópoles;

Apresentar aos reitores argumentos que justifiquem que o cargo de Vigilante não foi extinto.

Lutar por concurso público para todos os cargos também para o cargo de vigilante.

Apoio ao PL 4742/2012 - risco de vida para os vigilantes.

Apoio a todos os debates e instancias deliberativas da Assufrgs e Fasubra que tenham os temas opressão, racismo e todos os temas relacionados.

Somos contra qualquer tipo de terceirização e não contra os terceirizados que são vítimas neste processo, pelo arquivamento do PLC30.

Propomos que a ASSUFRGS junto com a FASUBRA lute pela revogação do FUNPRESF.

A questão Indígena, como um sistema único de saúde para o povo indígena entre outros também são nossas bandeiras de lutas.